



GT 052. Política indígena na política não indígena: Experiências de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais.

Luís Roberto de Paula (Universidade Federal do ABC) - Coordenador/a, Ricardo Verdum (Museu Nacional) - Coordenador/a

Apesar da participação indígena em processos eleitorais possuir uma longa e intensa trajetória histórica no país, quando o tema vem à baila, normalmente nos lembramos somente do mandato de deputado federal do xavante Mário Juruna na década de 80. Já tivemos e temos atualmente dezenas de prefeitos, vices e vereadores indígenas com mandatos efetivamente conquistados, espalhados pelos quatro cantos do país, além de uma candidatura indígena à vice-presidência da República. Na contramão de um fenômeno que se torna mais intenso e visível a opinião pública, são ainda raras as pesquisas no campo da etnologia indígena, e mesmo das ciências sociais de modo geral, que tenham como objeto privilegiado de análise a relação entre povos indígenas e processos eleitorais no Brasil. Esse GT busca aglutinar pesquisadores que já tenham produzido investigações sobre essa temática, bem como aqueles que estejam em processo de pesquisa, e que se interessem em apresentar seus primeiros resultados. São bem-vindos pesquisadores de todas as filiações disciplinares, já que um dos objetivos dessa proposta é a de propiciar um debate multidisciplinar, fazendo jus à própria natureza epistemológica do objeto investigado. Será dada ainda especial atenção à inclusão no GT de propostas advindas de pesquisadores indígenas dedicados ao tema, bem como de indígenas que tenham ou estejam ocupando mandatos nos poderes executivo ou legislativo municipais.

A participação Huni Kuin na política partidária: eleições e parentesco

Autoria: Miranda Zoppi

Este work apresenta as relações do povo Kaxinawá (autodenominados Huni Kuin – gente verdadeira – falantes de língua Pano, habitantes do Acre e Peru) com a política partidária brasileira e alguns dos seus desdobramentos. Baseio-me em pesquisa realizada desde 2011, na qual tenho investigado as relações desse povo com a política dos não indígenas (ou dos brancos, como dizem) a partir da candidatura de lideranças huni kuin para cargos eletivos no executivo e legislativo. A participação deles nas eleições como candidatos (pois já participavam como eleitores) acontece a partir de 1992, quando começaram a concorrer como vereadores em Santa Rosa do Purus, no Acre. Desde então, se candidatam a prefeitos e vices, além de deputados estaduais. Contudo, mesmo sendo a maioria do eleitorado, só obtiveram êxito como vereadores e vice-prefeitos, resultado de chapas híbridas formadas por prefeitos brancos e vices índios, o que configura uma especificidade da política local. Considerando isso, meu objetivo é demonstrar que o insucesso das campanhas huni kuin, para além das relações com os brancos, está atrelada às relações internas ao grupo, mais especificamente ao parentesco, pois existe um arranjo complexo de disputas familiares nas quais as candidaturas estão inseridas. Ademais, analiso como a conceituação huni kuin de política está fundada nas relações que envolvem a produção e a distribuição do conhecimento tradicional huni kuin e configura um conceito próprio de política, que, em parte, explica a entrada deles nas eleições. Ainda que centrada na experiência huni kuin, explícito no artigo o aumento da participação indígena na política partidária e o atual posicionamento do movimento indígena, que convoca os povos de cada região do país a se candidatarem em seus estados, e tem como ápice a candidatura histórica de uma liderança feminina para a vice-presidência (ou copresidência?, como diz a campanha), na candidatura de Sonia Guajajara. Por fim, saliento que o texto propõe uma interface entre as pesquisas realizadas nos campos da etnologia indígena e antropologia da política.



Realização:



Apoio:



Organização:

